



EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP SGT/2014

EAP 1º SGT QPPM

(Edital nº 13/2013, de 26 de dezembro de 2013).

NOME: _____

LOCAL DE PROVA: _____ **SALA:** _____

DATA: 27/04/2014

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Prova sem consulta.
2. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
3. Esta prova contém 40 (quarenta) questões, valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
4. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
5. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
6. Não será admitido qualquer tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
7. O tempo máximo permitido para a realização da prova será de 180 (cento e oitenta) minutos, incluindo o preenchimento da folha de respostas.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares e o porte de arma de fogo.
9. Iniciada a prova, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, após transcorrido o tempo mínimo de 01h (uma hora), e devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
10. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas e o caderno de prova, devidamente preenchidos, assinados e conferidos.

1ª QUESTÃO – Em relação aos direitos e deveres do policial militar do Estado de Minas Gerais previstos no EMEMG, é CORRETO afirmar que:

- A. () No caso de incorrer o policial militar em ato delituoso e tiver sendo processado judicialmente, não poderá ser aplicada, na esfera administrativa, medida disciplinar cabível, quando o ato praticado se configure, também, em transgressão disciplinar.
- B. () A praça que tenha cumprido as exigências para transferência compulsória para a reserva e que opte por permanecer em atividade fará jus a abono de permanência equivalente ao valor de 1/3 (um terço) de seus vencimentos.
- C. () Na contagem de tempo para o efeito de inatividade computar-se-á o tempo de licença para tratamento de saúde ou baixa hospitalar que não exceda de 90 (noventa) dias no decurso de 24 (vinte e quatro) meses.
- D. () Aos militares dispensados definitivamente, pela Junta Central de Saúde, de atividade incluída no conjunto de serviços de natureza policial e que mantenham capacidade laborativa residual serão asseguradas condições especiais para treinamentos ou cursos, para fins de promoção dentro do respectivo quadro, contudo tal direito não se aplica aos discentes de cursos de formação ou de habilitação para provimento inicial no respectivo quadro.

2ª QUESTÃO – Em relação à Lei Nº 14.310/02 que “dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares”, marque a alternativa CORRETA:

- A. () A prestação de serviço é uma sanção disciplinar que consiste na atribuição ao militar de tarefa, preferencialmente de natureza operacional, fora de sua jornada habitual correspondente a um turno de serviço semanal, que não exceda a oito horas, sem remuneração extra.
- B. () São consideradas agravantes para a aplicação da sanção disciplinar a prática da transgressão em defesa própria e em conluio com duas ou mais pessoas.
- C. () O militar ao ingressar na Polícia Militar de Minas Gerais será classificado no conceito “B”, com zero ponto e a cada ano sem punição, o militar receberá quinze pontos positivos até atingir o conceito “A”.
- D. () Está classificada como transgressão disciplinar de natureza média a prática de ato atentatório à dignidade da pessoa ou a ofensa aos princípios da cidadania e dos direitos humanos, devidamente comprovado em procedimento apuratório.

3ª QUESTÃO – Marque a alternativa INCORRETA. É considerada causa de justificação a prática da transgressão disciplinar:

- A. () Em obediência a ordem superior, mesmo que manifestamente ilegal.
- B. () Em ação meritória.
- C. () No estrito cumprimento do dever legal.
- D. () Sob coação irresistível.

4ª QUESTÃO – Em relação às recompensas concedidas aos militares, previstas no Decreto Estadual 42.843/02, avalie as assertivas abaixo:

- I - O elogio é a maior recompensa que a autoridade pode conceder ao seu subordinado sendo, preferencialmente, uma concessão individual.
- II - Para recebimento de nota meritória, o militar deverá ter destacada atuação, com relevantes benefícios para a comunidade na atividade-fim, ou para Unidade, na atividade administrativa. A nota meritória deverá ser concedida, preferencialmente, de forma individual.
- III - As punições canceladas, nos termos do Código de Ética e Disciplina dos Militares, não poderão ser consideradas e nem servir de referência para qualquer fim, a partir do ato de cancelamento.
- IV - A recompensa concedida por uma autoridade não poderá ser ampliada, restringida ou anulada por autoridade superior.

Marque a resposta CORRETA.

- A. () I e IV são verdadeiras.
- B. () I, II e III são verdadeiras.
- C. () I e II são falsas.
- D. () II e IV são falsas.

5ª QUESTÃO – O Decreto Estadual nº 42.843, de 16 de agosto de 2002, regulamenta o Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade - CEDMU, de que trata a Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que “dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais”. Sobre o CEDMU, marque a alternativa CORRETA:

- A. () O militar designado para fazer parte do CEDMU deverá estar no mínimo, no conceito “B”, com pontuação vinte e quatro negativa.
- B. () A designação para atuar como membro do CEDMU constitui um encargo a ser cometido pelo Comandante da Unidade, o qual, na composição do Conselho, deverá pugnar por uma participação democrática e legítima de oficiais e praças, inclusive do mesmo ciclo, porém mais antigos.
- C. () O CEDMU terá prazo de 10 (dez) dias úteis para analisar e emitir parecer em comunicações disciplinares, propostas de recompensas e recursos disciplinares e 15 (quinze) dias úteis para procedimentos administrativos regulares, contados a partir do recebimento da documentação oriunda da Secretaria, não se contando o dia do recebimento.
- D. () Consideram-se casos de impedimento para fazer parte do CEDMU o militar que tiver comunicado o fato motivador da convocação ou tiver sido encarregado do inquérito policial-militar, auto de prisão em flagrante ou sindicância sobre o fato acusatório, tenha emitido parecer sobre a acusação, estiver submetido a Processo Administrativo-Disciplinar e ainda tiver servido na mesma fração do militar cuja documentação está sendo analisada.

6ª QUESTÃO – Acerca do Decreto Estadual nº 46.298, de 19 de agosto de 2013, que “contém o Regulamento de Promoção de Praças das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais”, é CORRETO afirmar que:

- A. () Interstício é o período mínimo, contado dia a dia, em que a praça deverá permanecer na graduação para que possa ser cogitada para a promoção pelos critérios de merecimento ou de antiguidade, sendo de dois anos na graduação de 1º Sargento.
- B. () Não concorrerá à promoção nem será promovida, embora incluída no Quadro de Acesso - QA, a praça que estiver submetida a processo administrativo não demissionário.
- C. () A praça candidata à promoção pelo critério de merecimento ou antiguidade deverá satisfazer as condições para concorrer à promoção, observado o disposto no art. 209 do Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais - EMEMG, no ano da promoção, até 1º de dezembro, exceto o interstício que poderá ser completado até a data da promoção.
- D. () É nula a promoção que tenha sido efetivada indevidamente, por erro ou fraude, exceto se não houve a participação direta do beneficiado.

7ª QUESTÃO – A Portaria Normativa 660/MD, de 19 de maio de 2009, aprovou o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. Marque a resposta CORRETA em relação à referida norma:

- A. () As demonstrações de respeito, cordialidade e consideração, devidas entre os membros das Forças Armadas, não são obrigatórias aos integrantes das Polícias Militares, dos Corpos de Bombeiros Militares e aos Militares das Nações Estrangeiras, haja vista serem organizações distintas.
- B. () A atitude, o gesto e a consideração são elementos essenciais da continência individual, variáveis conforme a situação dos executantes.
- C. () Todo militar deve, obrigatoriamente, retribuir a continência que lhe é prestada; se uniformizado, presta a continência individual; se em trajes civis, responde-a com um movimento de cabeça, com um cumprimento verbal ou descobrindo-se, caso esteja de chapéu.
- D. () O militar, para se apresentar a um superior, aproxima-se deste até a distância de um metro e meio; toma a posição de "Sentido", faz a continência individual e diz, em voz claramente audível, o motivo da apresentação, só declinando o nome de guerra e função após ser solicitado pelo superior hierárquico.

8ª QUESTÃO - A promoção consiste no acesso equânime, gradual, sucessivo, regular e equilibrado das praças às graduações da hierarquia das instituições militares estaduais, observados os princípios e critérios de aferição de aptidões estabelecidos no Regulamento de Promoção de Praças das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais (RPP). Sobre os tipos de promoção previstos no RPP, enumere a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, a seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

- | | | |
|--|-----|--|
| 1) Promoção por merecimento | () | É motivada por término de curso ou com vistas à adequação de efetivo, a juízo do Comandante-Geral da respectiva instituição militar. |
| 2) Promoção por ato de bravura | () | É devida ao militar remanescente de sua turma no último ano de promoção e que satisfaça as condições legais. |
| 3) Promoção por necessidade do serviço | () | É devida à praça que tenha sofrido, no cumprimento de suas funções e no exercício da atividade policial-militar ou bombeiro-militar, lesões que a torne inválida permanentemente, independente de vaga e data própria. |
| 4) Promoção por antiguidade. | () | É aquela que se baseia na aferição do mérito, que distingue o valor da praça entre seus pares, observado no decurso de sua carreira e, especialmente, na graduação atual. |
| 5) Promoção por invalidez. | () | É decorrente da ação praticada pela praça, de maneira consciente e voluntária, com evidente risco à vida e da qual não se tenha beneficiado o agente ou pessoa de seu parentesco até 4º (quarto) grau, cujo mérito transcenda em valor, audácia e coragem a quaisquer atitudes de natureza negativas porventura cometidas. |

- A. () 5, 3, 1, 2, 4
 B. () 3, 4, 5, 1, 2
 C. () 3, 5, 4, 1, 2
 D. () 2, 1, 4, 5, 3

9ª QUESTÃO – Em relação à Resolução nº 4.085/10-CG, que “dispõe sobre a aquisição, o registro, o cadastro e o porte de arma de fogo de propriedade do militar e o porte de arma de fogo pertencente à Polícia Militar de Minas Gerais”, avalie as assertivas abaixo:

- I - A autorização para a aquisição ou para a venda de arma de fogo e munição é transferível a outro militar da mesma Instituição Militar.
- II - É situação impeditiva para o militar adquirir arma de fogo ter sido punido definitivamente, nos últimos 2 (dois) anos, por transgressão disciplinar cujo fato evidencie a utilização indevida de arma de fogo.
- III - O militar da ativa, até o posto de Tenente Coronel, interessado em adquirir arma de fogo, depende de prévia autorização do respectivo Comandante, Diretor ou Chefe, até o nível de Companhia Independente.
- IV - O colete à prova de balas poderá ser adquirido diretamente de fábricas, de comércios civis regulares e de particulares, em níveis de proteção permitidos pelo Exército Brasileiro, independente de autorização da PMMG.

Marque a alternativa CORRETA:

- A. () I e III são verdadeiras.
- B. () I e IV são verdadeiras.
- C. () II e IV são verdadeiras.
- D. () II e III são verdadeiras.

10ª QUESTÃO – Sobre a Resolução nº 4.085/10 – CG, que “dispõe sobre a aquisição, o registro, o cadastro e o porte de arma de fogo de propriedade do militar e o porte de arma de fogo pertencente à Polícia Militar de Minas Gerais”, é INCORRETO afirmar que:

- A. () A transferência de propriedade de arma de fogo adquirida diretamente no comércio, de civil ou de militar, somente será autorizada depois de decorridos 3 (três) anos da sua aquisição.
- B. () O militar que tiver o porte de arma de fogo cassado ou suspenso não poderá trabalhar em serviços operacionais que exijam o porte, devendo ser empregado, preferencialmente, na administração, enquanto durar a restrição.
- C. () No caso de extravio, por furto, roubo ou perda de arma de fogo de uso restrito, de propriedade do militar, este somente poderá adquirir nova arma de uso restrito depois de decorridos 5 (cinco) anos do registro da ocorrência do fato em órgão da polícia judiciária.
- D. () O militar detentor do porte de arma de fogo deve ter comportamento ético, digno e discreto, podendo, quando necessário, valer-se da arma de fogo, assim como de sua condição de militar, para sobrepor-se a outro cidadão, na solução de desavença, discussão ou querela de caráter pessoal.

11ª QUESTÃO – O recurso disciplinar é um direito do militar que se sentir prejudicado, ofendido ou injustiçado por ato ou decisão administrativa que aplicar a ele sanção disciplinar. Sobre o instituto do recurso disciplinar, marque a resposta CORRETA:

- A. () A responsabilidade pela remessa de recurso disciplinar desfalcado de peças ou indevidamente instruído é da Administração Militar. Assim cabe a esta conferir a documentação e proceder ao seu saneamento, antes de encaminhar o recurso disciplinar à autoridade competente para decidi-lo.
- B. () O recurso disciplinar não é instrumento apropriado para o militar proferir críticas ou comentários depreciativos em relação a outro militar, a autoridade ou a ato da Administração, sob pena de responder, nas esferas cabíveis, pelo excesso que praticar.
- C. () Recebido o recurso disciplinar, em primeira instância, a autoridade que aplicou a sanção disciplinar não poderá reconsiderar a sua decisão, devendo encaminhar a documentação à autoridade superior.
- D. () Na PMMG, da decisão que avaliar o recurso disciplinar, caberá novo recurso, em segunda e última instância, ao Comandante-Geral, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com efeito suspensivo.

12ª QUESTÃO – O Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais (MAPPA) uniformizou procedimentos e comportamentos administrativos, com vistas à aplicação das normas previstas na Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002. Marque a alternativa CORRETA a respeito do MAPPA:

- A. () Fotocópias de autos completos poderão ser fornecidas, às expensas da Administração Militar, mesmo que o interesse seja apenas do requerente.
- B. () Os processos disciplinares de qualquer natureza, em todas as suas fases, são públicos, conforme dispõe o inciso LX, art. 5º da CF/88, bem como os exoneratórios, podendo receber grau de sigilo “RESERVADO”, desde que motivados pela autoridade militar competente, quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- C. () O processo disciplinar apresenta, em regra, 4 (fases) fases distintas: instauração, instrução, defesa e julgamento.
- D. () O militar submetido a processo ou procedimento administrativo disciplinar deverá, ao final, ser formalmente cientificado da sua solução, quando a decisão for pela aplicação de sanção disciplinar, caso contrário, poderá ser feito o arquivamento, imediato, dos autos pela Administração, sem a sua notificação.

13ª QUESTÃO – Sobre a Sindicância Administrativa Disciplinar (SAD), marque a resposta CORRETA:

- A. () O sindicante deverá ser oficial, Subtenente, Sargento ou Cabo possuidor de precedência hierárquica em relação ao militar sindicado. Nos casos em que o acusado for militar da reserva, basta que o encarregado da apuração seja de mesmo posto ou graduação.
- B. () O número de testemunhas a serem ouvidas no processo não deverá exceder ao número de 03 (três) indicadas pelo sindicante e 03 (três) indicadas pela defesa.
- C. () O prazo regulamentar para elaboração da SAD é de 30 (trinta) dias corridos, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) dias corridos em casos de necessidade, pela autoridade militar delegante, quando tempestivo e devidamente motivado pelo sindicante.
- D. () O comparecimento do militar para seu interrogatório e a devolução dos autos é facultativa, baseado no princípio de que ele não é obrigado a produzir prova sobre si mesmo.

14ª QUESTÃO – Em relação à Resolução nº 4.285/13, que “dispõe sobre Jornada de Trabalho na PMMG, enumere a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, a seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

1. Escalas Especiais () O emprego é eventual e temporário, em face de acontecimento imprevisto ou excepcional que exija manutenção e/ou remanejamento de recursos, como greves, rebeliões em presídio, desocupações, entre outros.
2. Escalas Ordinárias () O emprego é temporário, em eventos previsíveis que exijam esforço específico, como carnaval, desfile de “07 de setembro”, eventos esportivos/ artísticos, entre outros.
3. Escalas Extraordinárias () Atribuições não previstas na escala ordinária do militar, como o empenho em supervisões, serviço operacional especial ou extraordinário, representações, comissões de estudo ou pesquisa, apurações diversas, reuniões do Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade, plantões e outras tarefas atribuídas fora do período de expediente.
4. Encargos Móveis () O emprego é ou será rotineiro e frequente, em obediência a um plano sistemático, que contém as escalas de prioridade.

- A. () 3, 4, 1, 2
- B. () 2, 4, 1, 3
- C. () 3, 1, 4, 2
- D. () 2, 1, 4, 3

15ª QUESTÃO – Em relação à Resolução nº 4.285/13, que “dispõe sobre jornada de trabalho na Polícia Militar de Minas Gerais”, é INCORRETO afirmar que:

- A. () Os Cb/Sd do QPPM dispensados temporária ou definitivamente deverão ser empregados, obrigatoriamente, no desempenho de funções atribuídas às Cias/Pel ou para confecção de ocorrências no REDS.
- B. () A carga-horária semanal de trabalho dos militares da Instituição, das atividades administrativas, especializadas, de ensino e operacionais, ressalvado o previsto na Lei Estadual nº 5.301/69 (EMEMG), corresponderá a 40 (quarenta) horas semanais.
- C. () Em relação às refeições durante o turno de serviço, foi estabelecido que para os turnos de mais de 06 horas, o militar isolado ou a guarnição terá direito a 30 (trinta) minutos para fazer refeição.
- D. () As horas destinadas ao treinamento extensivo e aquelas em que o militar permanecer à disposição da justiça, comum ou militar, promotoria de justiça, delegacias e outras audiências externas, no período de folga ou descanso, convocado em decorrência da atividade policial-militar, farão parte da jornada de trabalho mensal, sendo sua comprovação feita através de documento emitido pelo órgão correspondente.

16ª QUESTÃO – Sobre a Lei Federal nº 9.099/95, que “dispõe sobre os juizados cíveis e criminais”, marque a alternativa CORRETA:

- A. () O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas as causas cujo valor não exceda a quarenta e cinco vezes o salário mínimo.
- B. () Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.
- C. () Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, nos Juizados Especiais Criminais, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 1 (um) ano, cumulada ou não com multa.
- D. () O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena privativa de liberdade.

17ª QUESTÃO – Em relação à violência doméstica e familiar contra a mulher a qual se refere a Lei Federal nº 11.340/06, marque a alternativa CORRETA:

- A. () A violência doméstica e familiar contra a mulher não constitui violação dos direitos humanos.
- B. () A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher é de responsabilidade exclusiva do Estado.
- C. () Configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, no âmbito da família.
- D. () A violência psicológica contra a mulher é entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

18ª QUESTÃO – Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis. Dentre as providências a serem adotadas, marque a alternativa INCORRETA:

- A. () Garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.
- B. () Encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal.
- C. () Fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida.
- D. () Orientar a ofendida a não retirar seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar para que não configure abandono de lar e consequentemente a perda da guarda dos filhos.

19ª QUESTÃO – A Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que “dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm)”. A respeito da referida Lei, marque a alternativa CORRETA:

- A. () A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência do Exército Brasileiro e somente será concedida após autorização do Sistema Nacional de Armas (Sinarm).
- B. () As armas de fogo utilizadas pelos empregados das empresas de segurança privada e de transporte de valores, constituídas na forma da lei, serão de propriedade, responsabilidade e guarda dos respectivos empregados, podendo ser utilizadas quando em serviço e fora dele, devendo esses observar as condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente.
- C. () Configura crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa.
- D. () É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes.

20ª QUESTÃO – O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, por intermédio da Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; bem como estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas. Sobre os crimes previstos na citada Lei, marque a alternativa CORRETA:

- A. () É isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- B. () O crime no qual o agente semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas é afiançável e suscetível de sursis, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, podendo ocorrer a conversão de suas penas em restritivas de direitos.
- C. () Aquele que adquire, guarda, tem em depósito, transporta ou traz consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: de advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e reclusão de 6 meses a (um) ano.
- D. () A destruição de drogas far-se-á por incineração, após o trânsito em julgado do processo judicial.

21ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. De acordo com a Lei nº 12.527/11, que “dispõe sobre o acesso a informações”, cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar:

- A. () A proteção da informação, garantindo-se sua indisponibilidade, autenticidade e integridade.
- B. () A gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação.
- C. () A divulgação da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e permanente acesso.
- D. () O acesso à informação de projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

22ª QUESTÃO – Sobre a Lei de Acesso a Informações, é INCORRETO afirmar que:

- A. () As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.
- B. () O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível. Não sendo possível conceder o acesso imediato, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão; indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou comunicar que não possui a informação.
- C. () Constitui conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente público ou militar utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública.
- D. () Para o serviço de busca e fornecimento da informação é cobrada uma taxa, cabendo cada órgão fixar o valor de acordo com o tempo em que for necessário para disponibilizar a informação, cabendo também a cobrança pela reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada.

23ª QUESTÃO – Em relação ao Decreto Lei nº 1.001/69, que contém o Código Penal Militar, é CORRETO afirmar que:

- A. () Ao militar da reserva ou reformado, empregado na administração militar, em situação de atividade, não será conferida equiparação em relação ao militar da ativa quanto à aplicação da lei penal militar.
- B. () O militar que, em virtude da função, exerce autoridade sobre outro de igual posto ou graduação, considera-se par deste, para efeito da aplicação da lei penal militar.
- C. () Consideram-se crimes militares, em tempo de paz, os crimes previstos no Código Penal Militar, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, quando praticados por militar em situação de atividade contra militar na mesma situação.
- D. () Constituem penas acessórias a inabilitação para o exercício da função pública, a perda do posto e patente e a reclusão.

24ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. É um tipo penal previsto no Código Penal Militar:

- A. () Tortura para fins de confissão.
- B. () Abuso de autoridade.
- C. () Peculato furto.
- D. () Exercício arbitrário das próprias razões.

25ª QUESTÃO – Marque a alternativa INCORRETA. São critérios a serem observados para a instalação de uma Base Comunitária:

- A. () Bairro populoso e que necessite de atendimento diuturno de serviço policial preventivo.
- B. () Problemas de segurança pública similares, de padrão repetitivo e ou persistentes.
- C. () Comunidade mobilizada em torno de causas alheias às questões de segurança pública e totalmente contrárias à instalação da Base Comunitária no local.
- D. () Local que atenda aos critérios de acessibilidade e visibilidade dos cidadãos.

26ª QUESTÃO – Com relação ao emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais no ambiente escolar, avalie as assertivas abaixo:

- I - Podemos definir o fenômeno “bullying”, como um comportamento agressivo ou uma ofensa intencional, que ocorre repetidamente e durante muito tempo e em relações interpessoais caracterizadas por um desequilíbrio de poder, havendo, portanto, uma clara intenção de ofensa ao outro, partindo-se do pressuposto de que o agressor tem alguma superioridade em relação à vítima, como idade ou porte físico mais avantajado.
- II - As Organizações Não Governamentais, também conhecidas pelo acrônimo ONG, são associações do terceiro setor da sociedade civil, que se declaram com finalidades particulares e com fins lucrativos, desenvolvendo ações em diferentes áreas e que, geralmente, mobilizam a opinião pública e o apoio da população para modificar determinados aspectos da sociedade.
- III - A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê, no capítulo que trata da família, do adolescente e do idoso, os direitos que têm crianças e adolescentes, sem distinção ou privilégios, de forma universal, inclusive, dentre eles, a inimputabilidade penal.
- IV - Os Conselhos Tutelares são órgãos governamentais, formados por funcionários do governo municipal, estadual ou federal, encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, possuindo atribuições definidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, podendo, inclusive, requisitar a matrícula de uma criança ou adolescente em determinado estabelecimento de ensino.

Marque a alternativa CORRETA.

- A. () Todas as assertivas são verdadeiras.
- B. () I e II são verdadeiras.
- C. () II e IV são verdadeiras.
- D. () I e III são verdadeiras.

27ª QUESTÃO – Marque a alternativa INCORRETA. É Missão Geral do Policiamento Escolar realizar o policiamento ostensivo no entorno e no interior dos estabelecimentos de ensino, com vistas à prevenção da criminalidade e à restauração da ordem e da tranquilidade, principalmente naqueles em que a violência tenha atingido níveis que exijam maior atenção dos órgãos responsáveis pela segurança pública. Nesse contexto, é Missão Particular do Policiamento Escolar os seguintes deveres:

- A. () Incentivar a direção da escola que realize, com recursos e meios próprios, palestras sobre valores de cidadania e respeito às normas, prevenção primária e secundária sobre drogas, promoção dos direitos humanos, medidas de autoproteção, mediação de conflitos, e temas afetos às questões de segurança pública.
- B. () Manter contato estreito com a direção das escolas da rede pública estadual, municipal e particular, no sentido de estabelecer vínculos de trabalho e proteção nos referidos locais.
- C. () Interagir comunitariamente através da participação em reuniões e eventos.
- D. () Identificar pessoas estranhas (gângues, usuários de drogas, vândalos, cidadãos infratores, etc.) nos estabelecimentos de ensino, para prevenir delitos.

28ª QUESTÃO – Com relação à atuação operacional dos policiais-militares lotados nos Destacamentos e Subdestacamentos da PMMG, é CORRETO afirmar que:

- A. () O Policiamento Orientado para o Problema, POP, torna possível analisar crimes sem perder de vista que eles podem estar sendo causados por problemas específicos e talvez contínuos na mesma localidade. A solução de problemas é a estratégia que permite praticar a filosofia do policiamento comunitário.
- B. () Como etapas da metodologia para a resolução de problemas, os militares deverão identificar o problema, analisar as causas fundamentais do problema, planejar uma ação, encaminhar o planejamento da ação à unidade ou comando superior, para que este implemente as ações e resolva o problema.
- C. () A prioridade de atuação do efetivo dos Dst PM e Sdst PM é a ação repressiva. Para tanto, deverá nortear-se por *cartões-programa*, cuja periodicidade de modificações ficará condicionada às exigências das metas pactuadas pela UEOP com a respectiva RPM.
- D. () Nos últimos anos, a PMMG tomou a decisão estratégica de inserir os policiais-militares nas reuniões com a comunidade, a fim de ouvir os seus anseios com relação à segurança pública. Nesse contexto, isto está sendo feito por meio da Rede de Vizinhos Protegidos.

29ª QUESTÃO – Com relação à classificação dos estados de prontidão, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Estado de atenção (amarelo) - Neste estado de prontidão, o policial está relaxado, mas precavido e não está tenso. Apresenta calma, porém, mantém relativa vigilância das pessoas, dos lugares, das coisas e ações ao seu redor por meio de uma observação multidirecional e da atenção dispersa (em 360º). Nesse estado de atenção, o policial estará despreparado para empregar ações de respostas adequadas às situações de normalidade. Não há identificação de um ato hostil e, embora não haja um confronto iminente, o policial está ciente de que uma agressão seria possível.
- B. () Estado de pânico (preto) - Quando o policial militar se depara com uma ameaça para a qual não está preparado ou quando se mantém num estado de tensão por um período de tempo muito prolongado, seu organismo entra num processo de sobrecarga física e emocional. Nesse caso, podem ocorrer falhas na percepção da situação, comprometendo sua capacidade de reagir adequadamente à ameaça enfrentada. Isso caracteriza o estado de pânico.
- C. () Estado de alerta (laranja) - Neste estado de prontidão, o policial pode detectar um problema e está ciente de que o confronto é improvável. Embora ainda não haja necessidade imediata de reação, o policial se mantém tranquilo e paciente, identifica se há alguém que possa representar uma ameaça que exija uso de força e emprega o nível de resposta adequado. Manter-se neste estado de alerta aumenta os riscos do policial ser surpreendido, propiciando a adoção de ações de resposta, conforme a situação exigir.
- D. () Estado de alarme (vermelho) - Neste estado de prontidão, o risco é relativo e uma resposta da polícia nem sempre será necessária. É importante focalizar a ameaça (atenção concentrada no problema) e ter em mente a ação adequada para controlá-la, com intervenção verbal, uso de técnicas de maior potencial ofensivo ou força potencialmente letal, conforme as circunstâncias exigirem. O preparo físico e o treinamento mental recebido possibilitarão ao policial condições de realizar sua defesa e a de terceiros e, mesmo em situações de emergência, decidir adequadamente.

30ª QUESTÃO – O pensamento tático é norteado pelo quarteto: área de segurança, área de risco, ponto de foco e ponto quente, que constituem, na verdade, o “Quarteto Tático”. Acerca desses princípios, enumere a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, a seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

1. Área de Segurança () É parte do ponto de foco que possui um maior potencial de se tornar fonte real de agressão e que, por isso, deve ser cautelosamente monitorado para garantir a segurança de todos os envolvidos. O policial militar direcionará sua atenção, energia e habilidade para essa fonte a fim de responder adequadamente, considerando os princípios e as regras para o uso de força.

2. Área de Risco () É a área na qual a Polícia Militar tem o domínio da situação, não havendo, presumidamente, riscos à integridade física e à segurança dos envolvidos. É o espaço onde o policial militar deve, primeiramente, se colocar durante a intervenção, evitando se expor a perigos desnecessários.
3. Ponto de Foco () É parte dentro da área de risco que requer monitoramento específico e demanda imediata atenção do policial militar, uma vez que dele pode surgir ameaças que representem risco à segurança dos envolvidos.
4. Ponto Quente () Consiste num espaço físico delimitado, no “teatro de operações”, onde podem existir ameaças, potenciais ou reais, que ponham em perigo a integridade física e a segurança dos envolvidos. É a área na qual o policial militar não detém o domínio da situação, por ainda não ter realizado buscas, sendo portanto, uma fonte de perigo para ele ou terceiros, e por isso requer que os riscos envolvidos sejam rigorosamente avaliados.

- A. () 2, 4, 3, 5
B. () 3, 4, 2, 1
C. () 4, 1, 2, 3
D. () 4, 1, 3, 2

31ª QUESTÃO – Marque a alternativa INCORRETA. O estado de prontidão do policial militar é considerado tão fundamental quanto os equipamentos e armamentos colocados à sua disposição no serviço ou patrulhamento, pois, juntamente com o domínio técnico e o condicionamento físico, é ele que determinará sua condição de resposta à situação apresentada. Quanto melhor preparado mentalmente, melhor condição o policial militar terá para:

- A. () Ter autodomínio para passar para um nível mais alto ou mais baixo de prontidão, de acordo com a evolução da prontidão.
- B. () Detectar sinais de riscos e de ameaças.
- C. () Deixar de colocar em prática aquilo que decidiu como a melhor opção a ser tomada na intervenção.
- D. () Colocar-se no estado de prontidão apropriado a cada situação.

32ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Ao utilizar a tática de Abordagem a Pessoas, durante a abordagem a um cidadão “aparentemente desarmado”, RESISTENTE ATIVO, caberá ao policial militar que se encontrar na função de “Revistador/segurança”, adotar os seguintes procedimentos táticos de abordagem:

- A. () Iniciar a abordagem na posição de arma localizada. Será o responsável por imobilizar e conduzir o abordado caso este não acate às ordens do PM Verbalizador.
- B. () Atuar, única e exclusivamente, na segurança do PM Verbalizador, e jamais proceder à abordagem.
- C. () Iniciar a abordagem na posição de arma localizada. Caso o abordado não ceda à verbalização, o policial deverá retirar a mão do punho da arma e adotar a postura defensiva quando for se aproximar do abordado para aplicar a técnica de controle de contato específica.
- D. () Iniciar a abordagem na posição de arma localizada. Adotar a postura de prontidão (mãos livres) quando for se aproximar para realizar a busca pessoal.

33ª QUESTÃO – Marque a alternativa INCORRETA.

- A. () No caso de cometimento de ilícito penal por membros da Polícia Civil, o policial militar deverá prendê-los e registrar o Boletim de Ocorrência (BO/REDS). Após a chegada do superior hierárquico do conduzido, será encaminhado à Polícia Judiciária competente, para possíveis providências. Não possuem prerrogativas em relação à prisão em flagrante no cometimento de delitos, tendo o mesmo tratamento dos demais cidadãos.
- B. () Em caso de flagrante de crime inafiançável por Deputado Federal ou Senador, o policial militar deverá prendê-lo e registrar o Boletim de Ocorrência (BO/REDS), encaminhando-o à Polícia Judiciária Estadual (Polícia Civil), para possíveis providências. Nos demais delitos (afiançáveis e de menor potencial ofensivo), será feito apenas o registro do BO/REDS, encaminhando-o também àquele Órgão, sendo o parlamentar liberado no local.
- C. () Por grupo vulnerável, entende-se o conjunto de pessoas com características específicas, relacionadas ao gênero, à idade, à condição social, às necessidades especiais e diversidade sexual. E, por essa razão, podem se tornar mais suscetíveis à violação de seus direitos.
- D. () Se, em casos extremos, o policial militar precisar realizar uma busca em uma mulher, esta deverá ser feita com respeito e profissionalismo, em local discreto e, sempre que possível, na presença de testemunhas, preferencialmente, do sexo feminino. O policial militar deve evitar o contato físico com a abordada, principalmente nas partes íntimas, procurando limitar-se a orientá-la quanto aos procedimentos a serem adotados.

34ª QUESTÃO – Blitz é um tipo de operação policial realizada em vias urbanas ou rurais, com a utilização de sinalização física, visual e sonora, para abordar veículos e seus ocupantes, realizando checagens e vistorias em geral. Pode ser executada por uma equipe composta somente por policiais militares ou por policiais militares em conjunto com os integrantes de diversos órgãos. Todavia, se o condutor evitar a operação, realizando manobras bruscas e perigosas para evadir da blitz, orienta-se que NÃO seja tomada a seguinte providência e precaução:

- A. () Pedir prioridade de comunicação e transmitir as informações do veículo, ocupantes e demais dados, via rede-rádio, com tranquilidade. Evitar alarmismo que possa confundir e colocar em risco as outras guarnições.
- B. () Se possível adotar posteriormente os procedimentos de Auto de Infração de Trânsito – AIT.
- C. () Caso o local permita, é facultado ao militar que esteja empregado na segurança da equipe, efetuar disparos na direção dos pneus e motor, a fim de interceptar o veículo, pois as chances de êxito na interceptação do infrator são favoráveis, e a legislação vigente o ampara.
- D. () Atentar para o fato de que a evasão pode estar atrelada a diversos fatores, inclusive condutor inabilitado ou embriagado.

35ª QUESTÃO – Marque a alternativa INCORRETA. No emprego da tática com posicionamento de viatura a 45º, a viatura que iniciar a abordagem se posicionará a uma distância entre 3 e 5 metros atrás do veículo abordado, na diagonal, com a parte frontal voltada para a direção do fluxo da via e a parte traseira para a calçada, formando um ângulo aproximado de 45º em relação ao veículo a ser abordado. Estrategicamente, esse posicionamento tático da viatura favorece:

- A. () A formação de uma área de segurança. A viatura será utilizada como abrigo, haja vista que o bloco do motor, as rodas e as partes maciças oferecem proteção física aos policiais militares.
- B. () A celeridade no desembarque e embarque dos policiais militares.
- C. () Uma posição segura para emprego da técnica de verbalização. Essa função ficará, prioritariamente, sob a responsabilidade do PM Segurança (patrulheiro), que terá a melhor posição tática em relação ao motorista do veículo, enquanto o outro policial militar (PM Comandante da viatura) executará a cobertura e a segurança do perímetro.
- D. () O controle visual (pontos de foco e pontos quentes) das portas e janelas do veículo, sem necessidade de exposição na área de risco.

36ª QUESTÃO – Marque a alternativa INCORRETA. O emprego policial dos Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo, IMPO, para a contenção de infratores, configura-se como opção à preservação da vida e à minimização dos danos à integridade física das pessoas envolvidas em ocorrências policiais. Em razão disso, essa tecnologia é efetiva nos casos em que os objetivos são:

- A. () Dispersar multidões em manifestações públicas ilegais e legais (sendo que, neste caso, sua utilização se dará quando não haja acatamento às determinações legais dadas pelos policiais militares, com manifestação de resistência, desobediência e investida contra a força policial).

- B. () Controlar, dominar e conter infratores ou suspeitos que invistam contra o militar na tentativa de agredi-lo.
- C. () Em operações de restabelecimento da ordem durante rebeliões em estabelecimentos prisionais.
- D. () Dispensar e suprimir o uso de armamento letal (armas de fogo), quando do confronto com infratores que estejam armados com armas de fogo.

37ª QUESTÃO – Quanto aos efeitos fisiológicos dos agentes químicos que podem ser causados ao organismo humano, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () Neurotóxicos - quando absorvidos pelo organismo, afetam diversas funções vitais, pela ação que exercem sobre o sistema nervoso. Seus efeitos são sudorese e vômitos, seguidos de perda do controle muscular, sensação de opressão no tórax, convulsões e finalmente morte por asfixia.
- B. () Neuroestimulantes: agem principalmente sobre os músculos, produzindo contrações musculares, tremedeiras e espasmos nos membros do corpo, como pernas, braços e mãos, levando o indivíduo à perda do equilíbrio e queda.
- C. () Lacrimogêneos: atacam os olhos e as vias aéreas superiores, produzindo irritação das vias aéreas, dor intensa, lacrimejamento e salivação abundante e náuseas. Podem, em contato com a água (pele ou roupa molhada), pelo processo de hidrólise, causar irritabilidade e sensação de queimadura na pele.
- D. () Vesicantes: agem principalmente sobre a pele, produzindo queimaduras, com formação de bolhas e destruição dos tecidos subjacentes e também sobre os olhos, causando conjuntivites e cegueiras. De um modo geral, não são voláteis, podendo persistir por muito tempo no ambiente. Dependendo da concentração, podem ter efeitos prolongados ou letais.

38ª QUESTÃO – Com relação à abordagem a veículos, marque o enunciado INCORRETO.

- A. () Área de risco, numa abordagem a veículos, é compreendida única e exclusivamente, pelo espaço frontal da viatura policial em relação ao veículo abordado. Nessa área, existem ameaças, reais ou potenciais, que colocam em risco a segurança dos envolvidos, pelo fato de o policial militar não deter, ainda, o domínio da situação;
- B. () A abordagem a veículos é um tipo de intervenção policial, que tem como finalidade a prevenção ou repressão qualificada a possíveis delitos, diante da suspeita de que alguém esteja ocultando consigo objetos ilícitos.
- C. () Durante uma Blitz policial, um policial militar poderá acumular duas ou mais funções, tais como comandante e verbalizador, conforme o tipo de veículo, os objetivos a serem atingidos e o número de integrantes da equipe.
- D. () A abordagem a veículos pode ocorrer durante o patrulhamento, por acionamento ou de iniciativa. O comandante da guarnição decide pela realização da abordagem (parada ou em movimento), ou ainda, durante perseguição policial, numa operação de cerco, bloqueio e interceptação.

39ª QUESTÃO – Abaixo, temos serviços abrangidos pelo programa “Polícia para a Cidadania”. Marque a alternativa que NÃO contempla um serviço abrangido por este programa.

- A. () Prevenção ao Uso de Drogas - PROERD.
- B. () Prevenção à Violência nas praças e quadras e ruas de lazer.
- C. () Prevenção à Violência Escolar – Policiamento Escolar.
- D. () Prevenção à Violência Doméstica.

40ª QUESTÃO – “Já é tempo da sociedade brasileira se conscientizar de que, violência não é ação. Violência é, na verdade, reação. O ser humano não comete violência sem motivo. É verdade que algumas vezes as violências recaem sob pessoas erradas, (pessoas inocentes que não cometeram as ações que estimularam a violência). No entanto, as ações erradas existiram e alguém as cometeu, caso contrário não haveria violência.” (Instrução nº 3.03.10/13-CG, de 23Set13, Emprego da PMMG com vistas à prevenção e repressão aos crimes de homicídio em MG.)

De acordo com a Instrução nº 3.03.10/13-CG, de 23Set13, marque a alternativa que NÃO faz parte do rol das principais causas da violência no mundo:

- A. () O desrespeito, a prepotência e a falta de humildade para reconhecer erros e pedir desculpas.
- B. () Crises de raiva causadas por fracassos e frustrações.
- C. () A insatisfação gerada diante de derrota desportiva, que leva ao uso imoderado de bebidas alcoólicas e drogas.
- D. () Desequilíbrio emocional e o dimensionamento equivocado da “honra” e das vaidades.

Corte aqui

RASCUNHO – GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40